

Declaração em conformidade com o anexo I

[a que refere a alínea a) do nº1 do artigo 57º do CCP]

1 - Maria Lucília Silva Ferreira, divorciada, contribuinte fiscal n.º 149905033, portador do Cartão de Cidadão n.º0424863, 0 ZY6, validade 12/09/2016, residente em Carvalheira Grande, freguesia da Graça, concelho de Pedrógão Grande e distrito de Leiria, na qualidade de representante legal da firma FABRILIGHT – ILUMINAÇÕES, UNIPessoal LDA., pessoa colectiva n.º 507422503, com sede em Parque Industrial do Camporês, Lote 17, concelho de Ansião, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do convite Processo nº 043_AJD_SA_15, para apresentar proposta de orçamento para Concepção, Fornecimento e Instalação da Iluminação Decorativa para as Festas do Bodo 2015, declara, sob compromisso de honra, que se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara, sem reservas, todas as cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

a) Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos – a que se refere a alínea a) do nº1 do artigo 57º do CCP

b) Proposta do concorrente e seus atributos, dando integral cumprimento à apresentação de Proposta para Concepção, Fornecimento e Instalação da Iluminação Decorativa para as Festas do Bodo 2015.

c) Encargos e Responsabilidades do Adjudicatário durante toda a execução da obra.

d) Programa de Trabalhos e Prazos de Execução.

e) Demonstração visual das imagens para cada prestação de serviço.

f) Alvará de Construção.

g) Certificado de conformidade da empresa.

h) Certificado do seguro de responsabilidade civil

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) Não foi condenada por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional.
- c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- f) Tenham sido objecto de aplicação de sanção acessória prevista na alínea e) do nº 1 do artigo 21º do Decreto-lei nº 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do nº 1 do artigo 71º da Lei nº 19/2012, de 8 de maio e no nº 1 do artigo 460º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do nº 1 do artigo 627º do Código de Trabalho;
- h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a Segurança Social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
- i) Não foi condenada por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes:
 - i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no nº 1 do artigo 2º da acção Comum nº 98/773/JAI, do Concelho;
 - ii) Corrupção, na acepção do artigo 3º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do nº 1 do artigo 3º da Acção Comum nº 98/742/JAI, do Concelho;

MUNICÍPIO DE POMBAL

"CONCEPÇÃO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DA ILUMINAÇÃO DECORATIVA PARA AS FESTAS DO BODO/2015"

iii) Fraude, na aceção do artigo nº1 da Convenção relativa à Protecção dos interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo nº1 da Directiva nº91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais da concorrência.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo ii do referido código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do nº4 desta declaração.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação á entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Parque Industrial do Camporês, 28 de junho de 2015

FabriLight
ILUMINAÇÕES - Unip., Lda
[Assinatura]